

8 – ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

8.2 - NOTAS AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

(Mapa n.º 13 do Tribunal de Contas Código Pocal 8.2)

82.1 – Indicação e justificação de disposições do POCAL derogadas e efeitos no Balanço e Demonstração de Resultados.

A integração consistente da Contabilidade Orçamental, Patrimonial e de Custos, é um dos principais objetivos do POCAL. Apesar da Contabilidade de Custos não se encontrar completamente implementada no Município, considera-se que tal facto não tem reflexo no Balanço e Demonstração de Resultados pelo que as Demonstrações Financeiras apresentadas, refletem uma **imagem verdadeira e apropriada do Ativo, Passivo e dos Resultados do Município**, não se considerando derrogada qualquer disposição do POCAL, com reflexo relevante no Balanço e Demonstração de Resultados.

8.2.2 – Contas do Balanço e Demonstração de Resultados não comparáveis com as do exercício anterior.

No ano de 2017 não ocorreu qualquer facto que torne incomparável o conteúdo do Balanço e Demonstração de Resultados com os do exercício anterior

8.2.3 - Critérios de Valorimetria, Amortizações e Provisões

8.2.3.1- Critérios de Valorimetria

Os critérios de valorimetria utilizados relativamente às várias rubricas do Balanço e Demonstração de Resultados, obedeceram ao estabelecido nesta matéria no POCAL, resumindo-se por grandes classes.

1 – Imobilizações:

O Ativo Imobilizado e aumentos patrimoniais contabilizados no exercício de 2017, foram valorizados ao custo de aquisição ou produção.

Os Investimentos Financeiros, constituídos por parte de capital, foram registados pelo valor de aquisição.

2 – Existências;

As existências estão valorizadas ao custo de aquisição, sendo utilizado o método do custo médio ponderado para as saídas de existências.

3 – Dívidas a Terceiros;

As Dívidas a Terceiros foram registadas pelo valor à data da fatura, pelo que expressam os montantes dos documentos que as titulam.

4 – Disponibilidades;

O montante de Disponibilidades em Caixa reflete o montante do valor em numerário, não incorporando qualquer montante em moeda estrangeira.

O montante de depósitos em Instituições Financeiras reflete o valor do saldo contabilístico das referidas contas, estando justificadas as diferenças relativamente ao saldo dos respetivos extratos bancários à data de 31/12/2017¹.

5 – Acréscimos e Diferimentos

Os Acréscimos e Diferimentos foram registados em obediência ao Princípio da Especialização de Exercício.

Os factos mais relevantes refletidos nas contas de acréscimos e diferimentos **do Ativo**: Acréscimo de Proveitos e Custos Diferidos referem-se a:

- Impostos Diretos – 4.751.288,08 € (Contabilização do IMI e Derrama de 2017 a cobrar em 2018, e contabilização do mês de Dezembro de 2017 dos restantes Impostos Diretos – IUC e IMTO);
- Renda do Parque Eólico 2017 a receber em 2018 – 405.807,78 €;
- Outros Acréscimos de Proveitos – Taxas e Outros – 67.546,44 €;
- Custos a reconhecer em exercícios seguintes (prémios de seguros e contratos assistência antecipados) – 4.310,18 €;

Os factos mais relevantes refletidos nas contas de acréscimos e diferimentos **do Passivo**: Acréscimo de Custos e Proveitos Diferidos referem-se a:

- Remunerações a liquidar – Remunerações e respetivos encargos devidas por motivo de férias, cujo processamento e pagamento é devido em 2018 – 976.452,64 €;
- Juros a liquidar – 3.367,09 €;
- Custos reconhecidos em 2017 (comunicações, eletricidade, água e outros), sem documentação vinculativa cuja despesa ocorrerá em 2018 – 163.094,60 €;
- Proveitos Diferidos – 29.360.086,33 € - refletem na integra, a contabilização de subsídios ao investimento.

8.2.3.2 – Método de cálculo de Amortizações e Provisões.

As Amortizações foram calculadas com base no método das quotas constantes, aplicando as taxas de amortização para cada bem do Ativo Imobilizado, previsto na Portaria nº 671/2000 de 17/04 – CIBE.

O Município optou pela amortização integral dos bens do Ativo Imobilizado cujo valor de aquisição foi inferior a 80% do índice 100 da escala salarial da função pública, com suporte no disposto no artigo 34º da portaria supra referida.

No que concerne a Provisões as demonstrações financeiras refletem:

- Provisão para Investimentos Financeiros- 25.000,00€ – considerando o processo de dissolução da Naturafe e respetiva situação financeira ,foi criada em 2015, e mantida ate data , provisão no valor integral da participação do Município nesta empresa;
- Provisão para Dívidas Cobranças Duvidosa – 49.396,85 € - que corresponde a 100% de todas as dívidas de terceiros em mora há mais de 12 meses e 50% das dívidas em mora há mais de 6 meses, com as exceções referidas nas considerações técnicas do ponto 2.7.1 do POCAL (reforço da Provisão relativamente a 2016 de 32.676,01 €);
- Provisão para Riscos e Encargos – 275.610,89 €.

¹ - As divergências entre saldo contabilístico e saldo do extrato bancário encontram-se desagregadas e justificadas para cada uma das contas bancárias constituídas em nome do Município no anexo IV – OUTROS DOCUMENTOS – desta Prestação de Contas.

Face à análise do risco envolvido relativo a processos judiciais em curso e de processos de acidentes de trabalho foi justificada a necessidade de provisionar para:

- Processos Judiciais em curso – 250.000,00 (reforço da Provisão em 68.390,17 €);
- Acidentes de trabalho e doenças profissionais – 25.610,89 € (redução Provisão em 4.389,11 €).

Foi constituída provisão pelo montante de risco estimado pelo advogado externo do Município, face aos processos judiciais pendentes.

Relativamente às situações de aplicações de tesouraria e depreciação de existências não se considerou estarem associados riscos que justifiquem a constituição de qualquer provisão.

8.2.4 - Cotações utilizadas para conversão em moeda portuguesa de contas originariamente expressas em moeda estrangeira.

Situação não aplicável.

8.2.5 – Situações em que o Resultado do Exercício foi afetado por critérios de valorimetria diferentes, Amortizações superiores às adequadas ou Provisões Extraordinárias.

O Resultado Líquido do Exercício não foi afetado por critérios de valorimetria diferentes dos previstos no POCAL, Amortizações superiores às adequadas ou Provisões Extraordinárias.

8.2.6 – Comentário às contas 43.1 e 43.2 – Despesas de Instalação e Despesas de Investigação e de Desenvolvimento.

Situação não aplicável.

8.2.7- Movimentos ocorridos nas rubricas do Ativo Imobilizado e nas respetivas Amortizações e Provisões.

ANEXO I - Mapa Ativo Bruto e Mapa de Amortizações e Provisões

Remetem-se no anexo referido os mapas elaborados em conformidade com modelo aprovado no POCAL, contendo todos os movimentos ocorridos nas rubricas do Ativo Imobilizado, constantes do Balanço e nas respetivas Amortizações e Provisões.

8.2.8 - Desagregação das rubricas dos Mapas, de forma a evidenciar a descrição do Ativo, valor de aquisição, taxa de amortização e outras informações.

ANEXO II – Bens Imóveis

As contas do Ativo referentes a Bens Imóveis, foram agregadas por grupos homogéneos, considerando-se do mesmo grupo os bens que obedecem ao mesmo regime de amortização, classificados por natureza, tipo e bem em conformidade com a Portaria nº 671/2000 – CIBE, com exceção das contas referentes a Edifícios e Outras Construções que foram desagregadas bem a bem.

ANEXO III – Bens Móveis

As contas do Ativo referentes a Bens Móveis, excetuando as viaturas, cuja desagregação foi efetuada bem a bem, foram agregadas por grupos homogéneos, considerando-se do mesmo grupo os bens que obedecem ao mesmo regime de amortização, classificados por natureza, tipo e bem em conformidade com a Portaria nº 671/2000 – CIBE.

8.2.9 – Custos do exercício respeitantes a Empréstimos para financiarem Imobilizações que na fase de construção tenham sido capitalizados

Seguindo o critério utilizado nos anos anteriores, todos os encargos financeiro do exercício, relativos a financiamentos destinados a Imobilizado em execução, estão refletidos nos resultados.

8.2.10 – Diplomas legais em que se baseou a reavaliação do imobilizado

No exercício de 2017, não foi efetuada qualquer reavaliação dos bens do Ativo Imobilizado.

8.2.11 – Quadro discriminativo das Reavaliações

Não aplicável.

8.2.12 – Informação sobre Imobilizações em poder de Terceiros, Imobilizações em propriedade alheia e Imobilizações Reversíveis

ANEXO IV – Lista dos Bens em Poder de Terceiros e Imobilizações Reversíveis

O Município concessionou em 11/01/1996 o Sistema de Captação Tratamento e Distribuição de Água , à empresa Indáqua Fafe, S.A. Por renegociação deste contrato em 2012 o objeto da concessão foi reduzido, passando a concessionária a operar apenas o sistema de distribuição de água em baixa.

O Sistema de Água e de Saneamento “em Alta” foi “transferido”, por contrato celebrado em 21/10/2003, para a empresa concessionária do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Vale do AVE, Águas do Ave, S.A, posteriormente Águas do Noroeste, S.A – Sociedade concessionária do sistema multimunicipal de abastecimento de água e saneamento do Noroeste, criado pela fusão de diferentes sistemas multimunicipais e respetivas empresas concessionárias, pelo Decreto-lei nº 41/2010, de 29 de Abril. Na sequência da publicação do Decreto-Lei nº 93/2015, de 29 de Maio, foi criada a Águas do Norte, S.A., sociedade que passou a agregar os sistemas multimunicipais existentes, nomeadamente a Águas do Noroeste, S.A. De referir, ainda, que a Águas do Norte, S.A. assume, também, a exploração e gestão do sistema de águas residuais em baixa.

O Município cedeu direitos de superfície de alguns bens do seu Património e tem outros bens cedidos a título oneroso, nomeadamente, Bar da Praça, Edifício da Antiga Estação (Sede da Indaqua-Fafe, S.A.), Edifício Multifuncional (Call Center), Edifício da GNR, Edifício da Cruz Vermelha e Quiosques.

O quadro seguinte resume as situações supra mencionadas.

Situação /Entidade	Montante	Identificação
Concessionados - Indáqua Fafe,S.A	4.999.163,58	CON
Concessionados - Águas do Norte, S.A.	11.138.950,08	COAN
Direitos de Superfície/várias	910.555,85	CDP
Bens cedidos a título oneroso/várias	1.393.323,72	IAR/CONQ
Bens cedidos / Comodato	2.720.483,47	COM

8.2.13 – Bens utilizados em regime de Locação Financeira

Não existem bens utilizados neste regime.

8.2.14 – Bem que não foi possível valorizar

Durante o ano de 2017, todos os bens patrimoniais foram objeto de valoração.

8.2.15 – Bens de Domínio Público que não são objeto de amortização

Na situação de não amortizados encontram-se todos os Bens de Domínio Público para cuja classificação prevista na Portaria nº 671/2001 – CIBE, não consta taxa de amortização. Nesta situação encontram-se bens como terrenos integrados no Domínio Público, monumentos, entre outros.

8.2.16 – Informação sobre entidades participadas

O Município detêm participações – investimentos financeiros/partes de capital no montante de 3.834.664,22 €, nas seguintes entidades:

- Águas do Norte, SA. – Capital subscrito 2.434.815,00 €, do qual se encontra realizado 2.369.388,75 €, mantendo-se subscrito e não realizado o montante de 90.426,25 €, refletido no Passivo do Balanço;

- Naturafe – Prestação de Serviços de Turismo, Desporto, Cultura e Tempos Livres, CRL. - Capital subscrito e realizado 25.000,00 €;

- FAM – Fundo de Apoio Municipal - Capital subscrito 1.374.849,22 €, do qual se encontra realizado 589.221,00 €, mantendo-se, no final do ano refletida a contabilização do restante capital inicial subscrito que ascende a 785.628,22 €, pese embora o disposto na Lei do orçamento de Estado de 2018 – artigo 303º que reduz os montantes anuais a realizar pelo Estado e pelos Municípios, para os anos de 2018, 2019, 2020 e 2021 em respetivamente 25%, 50% ,75% e 100% do valor anual previsto.

Informação mais detalhada relativa a todas as Entidades participadas – Societárias e Não Societárias consta do documento elaborado conforme resolução nº 26/2013 de 21/11 – al. a) do nº 4 do ponto II das instruções, documento que integra esta Prestação de Contas.

8.2.17 / 8.2.18– Discriminação das contas “Títulos Negociáveis”, “Outras Aplicações de Tesouraria” e “Outras Aplicações Financeiras”

O Município não possui no seu Ativo qualquer aplicação nas contas referidas.

8.2.19 a 8.2.21 – Informações relevantes na análise do Ativo Circulante

As demonstrações financeiras não contêm fatos materialmente relevantes nestes itens.

8.2.22 – Valor global das Dívidas de Cobrança Duvidosa

Para o valor das dívidas em mora há mais de 12 meses, excluindo dívidas do Sector Público, foi constituída provisão no montante correspondente a 100% da dívida, e para o valor das dívidas em mora há mais de 6 meses foi constituída provisão no correspondente a 50% do valor da Dívida. O valor global das dívidas de clientes contribuintes e utentes no final do ano ascende a 394.015,53 €. que inclui 59.510,03 € de cobrança duvidosa, para os quais está constituída provisão de 49.396,85 €.

No ponto 8.2.27 evidenciam-se os movimentos ocorridos no exercício de 2017, relativos a Provisões.

8.2.23 e 8.2.24 – Valor Global das Dívidas Ativas e Passivas respeitantes a Pessoal da Autarquia, Obrigações e outros títulos emitidos, com indicação dos direitos que conferem

As Demonstrações Financeiras não relevam factos desta natureza.

8.2.25 – Discriminação das dívidas incluídas na conta “Estado e Outros Entes Públicos” em situação de mora

Os montantes do Balanço inerentes à conta 24 – Estado – não têm carácter de mora, reportam-se a valores apurados no mês de Dezembro de 2017 conforme se evidencia no quadro seguinte.

Unid: €

Conta	Designação	Ativo	Passivo	Observações
	Estado e outros entes Públicos			
24.2*	Retenção Imp. s/ Rendimento		45 753,64	Retenções de Dezembro/17
24.3*	IVA a pagar	181,09		Apuramento IVA 4º Trim.
24.4.6	Estado Parte C.O Código Estrada		514,38	Retido em Dezembro /17
24.5	Contribuições Segurança Social/CGA		147 226,71	Retenções de Dezembro /17
	Total	181,09	193 494,73	

8.2.26 – Discriminação desagregada das responsabilidades por Garantias e Cauções prestadas e recibos para cobrança.

A movimentação das Contas de Ordem no período de 2017, está evidenciada no Mapa das Contas de Ordem que se insere:

Unid: €

Descrição	Montantes	Descrição	Montantes
SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR (*)	2.770.088,12	Garantias e Cauções Actionadas	0,00
Garantias e Cauções	0,00	Garantias e Cauções Devolvidas	0,00
Recibos para Cobrança	0,00	Receita Virtual Cobrada	0,00
Garantias e Cauções Prestadas	790.422,26	Receita Virtual Anulada	0,00
Receita Virtual Liquidada	0,00	SALDO P/ GERÊNCIA SEGUINTE	3.560.510,38
		Garantias e Cauções	3.560.510,38
		Recibos para Cobrança	0,00
TOTAL GERAL	3.560.510,38	TOTAL GERAL	3.560.510,38

Este mapa reflete o movimento de Cauções e Garantias prestadas **em documentos**.

O Montante de Garantias e Cauções prestadas em numerário está refletido nas contas de Operações de Tesouraria.

No exercício em análise o Município não optou pela cobrança de receitas virtuais.

8.2.27 – Desdobramento das Contas de Provisões acumuladas com explicitação dos movimentos ocorridos no exercício.

O Mapa seguinte explicita os movimentos ocorridos no exercício nas Contas de Provisões.

Unid: €

Código das Contas		Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
19	Provisões p/ aplicações Tesouraria				
291	Provisões para cobranças duvidosas	16.720,84	32.676,01		49.396,85
292	Provisões para riscos e encargos	211.609,83	68.390,17	4.398,11	275.610,89
39	Provisões p/ depreciação de existências				0,00
49	Provisões para investimentos financeiros	25.000,00			25.000,00
TOTAL		253.330,67	101.066,18	4.389,11	350.007,74

8.2.28 - Explicitação e justificação dos movimentos ocorridos no exercício de cada uma das Contas da Classe 5 “Fundo Patrimonial”

Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Unid: € Saldo Final
51. PATRIMÓNIO	68.719.599,61			68.719.599,61
55. Ajustamentos de partes de capital em empresas				
56. Reservas de reavaliação				
Reservas:				
57.1 Legais	1.336.865,87	27.190,88		1.364.056,75
57.2 Estatutárias				
57.3 Contratuais				
57.3 Livres				
57.5 Subsídios	2.479.892,91			2.479.892,91
57.6 Doações	6.120.361,47			6.120.361,47
57.7 Reservas decorrentes transferências de ativos	5.000,00			5.000,00
59. Resultados transitados	3.951.723,09	543.817,49	27.190,88	4.468.349,70
Sub Total – Classe 5	82.613.442,95	571.008,37	27.190,88	83.157.260,44
88. Resultado líquido	543.817,49	535.719,45	543.817,49	543.817,49
Total de Fundos Próprios	83.157.260,44	1.106.727,82	571.008,37	83.692.979,89

O quadro supra inserto resume os movimentos ocorridos no exercício em cada uma das contas da classe 5, evidenciando também o total de Fundos Próprios ao incluir informação sobre os Resultados Líquidos.

Os movimentos de aumento e diminuição da Conta 59 refletem os regtos da aplicação e transferência de resultados líquidos de 2016.

8.2.29 e 8.2.30 – Demonstração do Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas e demonstração da variação da produção

No registo das Existências, Matérias-Primas, Subsidiárias e de Consumo, suscetíveis de armazenamento, foi utilizado o sistema de Inventário Permanente, demonstrando o quadro supra o custo das matérias consumidas.

Movimentos	Matérias – Primas Subsidiárias e de Consumo	Unid: €
Existências Iniciais		59.102,50
Compras		415.288,74

Regularização de Existências		-72,84
Ganhos em Existências		29,70
Perdas em Existências		-102,54
Existências Finais		60.558,24
Custo do Exercício		413.760,16

8.2.31 - Demonstração de Resultados Financeiros

ANEXO V – Mapa Demonstração de Resultados Financeiros

No exercício de 2017, foram contabilizados Custos Financeiros no montante de 38.084,69 euros e Proveitos Financeiros no montante de 27.331,18 euros, pelo que o Resultado Financeiro apurado foi negativo em 10.753,51 euros.

Os custos registados reportam-se :

37.187,31 € - Juros relativos a Empréstimos MLP;

501,38 € - Outros Juros e

396,00 € - Outros custos e perdas financeiras

Os proveitos contabilizados referem-se :

1.519,76 € - juros de depósitos à ordem de disponibilidades do Município;

24.688,20 € - Rendimentos de Imóveis;

1.112,42 € - Rendimento participações de capital (FAM) e

10,80 € - Outros Proveitos Financeiros – Renda Perpétua.

Insere-se quadro relativo à Demonstração de Resultados Financeiros, elaborada em conformidade com o modelo que consta no POCAL.

Custos e Perdas	Exercício		Unid.€	
	2017	2016		
681 - Juros suportados	37 688,69	27 494,43		
682 - Perdas em Entidades Participadas				
683 - Amortizações de investimento em Imóveis				
684 - Provisões para Aplicações Financeiras				
685 - Diferenças de Cambio desfavoráveis				
687 - Perdas na alienação aplicações tesouraria				
688 - Outros custos e perdas financeiras	396,00			
RESULTADOS FINANCEIROS	-10 753,51	-2 041,05		
TOTAL	27 331,18	25 453,38		

Proveitos e Ganhos	Exercício		Unid.€	
	2017	2016		
781 - Juros obtidos	1 519,76	820,53		
782 - Ganhos bem entidades participadas				
783 - Rendimento de Imóveis	24 688,20	24 622,05		
784 - Rendimento participações de capital	1 112,42			
785 - Diferenças de cambio				
786 - Desc. Pto. Pagamento obtidos				
787 - Ganhos na alienação aplic tesouraria				
788 - Outros proveitos financeiros	10,80	10,80		
TOTAL	27 331,18	25 453,38		

8.2.32 - Demonstração de Resultados Extraordinários

ANEXO VI – Mapa Demonstração de Resultados Extraordinários

No exercício de 2017 foram apurados Proveitos Extraordinários no montante de 2.159.392,57 euros e Custos no montante de 2.903.039,62 euros, sendo negativo em 743.647,05 € os Resultados Extraordinários do exercício.

O montante apurado de **Proveitos** extraordinários resulta:

- Da transferência de proveitos diferidos (subsídios ao investimento) – 1.805.383,60 €;
- De benefícios de penalidades contratuais – 255.478,22 € (montantes relativos a Multas e Coimas, Taxas de Relaxe e Juros de Mora);
- Da correção de Exercícios Anteriores – 77.820,08 €;

*Pai...
Pai...
Lem...
Jo...
Jo...
h*

- De Outros Proveitos Extraordinários – 20.710,67 € (Ganhos em Existências e Imobilizado, redução de amortizações e provisões e Outras).

O montante contabilizado em **Custos e Perdas** extraordinários reporta-se:

- Transferências de capital concedidas – 2.480.533,98 euros relativos a transferências para :

Freguesias - 1.946.543,52 €;

Associações de Municípios - 109.079,27 €;

Instituições Particulares – 263.000,00 €;

Famílias - 161.911,19 €.

- Correções relativas a exercícios anteriores - 231.396,42€ que reflete quase na integra as correções da projeção efetuada em 2016 do montante de Impostos diretos IMI e Derrama, cuja cobrança se mostrou inferior ao estimado (correção estimativa IMI 209.456,70 € correção da estimativa de derrama 16.337,01 €);

- Outros Custos e Perdas Extraordinários - 153.271,59 € representando os custos com indemnizações por sentença e/ou acordo judicial mais de 88% do valor contabilizado neste grupo;

- As restantes parcelas de custos e perdas extraordinários totalizam 37.837,63 € (reportam-se a Perdas em Existências e Imobilizado, Multas e Penalidades e aumento de Amortizações e Provisões).

Insere-se quadro relativo à Demonstração de Resultados Extraordinários, elaborada em conformidade com o modelo que consta no POCAL.

Custos e Perdas	Exercício		Unid.€	
			Exercício	
	2017	2016	2017	2016
691 – Transferências de capital concedidas	2 480 533,98	2 236 753,40		
692 – Dividas Incobraveis				
693 – Perdas em Existências	102,54	102,97		
694 – Perdas em imobilizações	2 840,33	108,75		
695 – Multas e Penalidades	2 218,75	642,50		
696 – Aumentos amort. Provisões	32 676,01	2 890,00		
697 -Correcções Rel Exercícios Anteiores	231 396,42	25 992,33		
698 – Outros custos e perdas extraordinarios	153 271,59	230,01		
RESULTADOS EXTRAORDINARIOS	-743 647,05	339 343,32		
TOTAL	2 159 392,57	2 606 063,28		
			TOTAL	2 159 392,57
				2 606 063,28